RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

Encerrado o processo de reestruturação anteriormente definido, a empresa estuda melhores condições e oportunidades de negócios.

Durante o ano de 2007, foi priorizada a administração do seu passivo tributário, decorrente da adesão ao Parcelamento Especial Federal – PAES, mantendo equacionado seu nível de endividamento.

Em atendimento à instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa não tem contratado, com o auditor independente, serviços que não sejam de auditoria externa.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2007.

A Administração.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Conteúdo

Parecer dos Auditores Independentes

Balanços Patrimoniais

Demonstração dos Resultados

Demonstração dos Passivos a Descoberto

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Cemepe Investimentos S.A. Rio de Janeiro – RJ

- 1. Examinamos os balanços patrimoniais da Cemepe Investimentos S.A. levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos passivos a descoberto e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2. Nossos exames, exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo 3, foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, da investida Stam Participações Ltda., na qual a Companhia possui investimento direto no valor de R\$ 771 mil, não foram examinadas por auditores independentes, conforme especificado na nota 3.
- 4. Em nossa opinião, exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemepe Investimentos S.A., em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os resultados de suas operações, os passivos a descoberto e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da sociedade, a qual tem sofrido contínuos prejuízos operacionais e apresentado deficiência de capital de giro. Os planos da entidade, com relação a este assunto, estão descritos no relatório da administração. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas.

27 de março de 2008

BKR - Lopes, Machado Auditores an independent member of bkr international

CRC-RJ-2026/O

Mário Vieira Lopes CONTADOR CRC-RJ-60.611/O

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2007	2006	Passivo	Nota	2007	2006
Não Circulante: Realizável a longo prazo: Impostos a compensar Investimentos	3	3 771 774	3 	Circulante: Programa de recuperação Fiscal - PAES	7	343	327 327
				Não Circulante: Exigível a longo prazo: Adiantamento para futuro aumento de capita Programa de recuperação Fiscal - PAES	4 7	2.193 3.238 5.431	1.771 3.420 5.191
				Passivo a descoberto	5	(5.000)	(4.744)
		774	774			774	774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

	2007	2006
Despesas Operacionais:		
Administrativas	(75)	(76)
Financeiras líquidas	(174)	(234)
Tributárias	(7)	(7)
	(256)	(317)
Resultado operacional	(256)	(317)
Prejuízo do exercício	(256)	(317)
Prejuízo por lote de mil ações - R\$	(0,03)	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Passivos a Descoberto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2006	23.550	(27.977)	(4.427)
Prejuízo do exercício	-	(317)	(317)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	23.550	(28.294)	(4.744)
Prejuízo do exercício	-	(256)	(256)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	23.550	(28.550)	(5.000)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

	2007	2006
Origens (aplicações) de recursos:		
Prejuízo do exercício	(256)	(317)
Itens que não afetam o capital circulante:		
Juros e variação monetária do longo prazo	145	200
	(111)	(117)
Adiantamento para futuro aumento de capital	422	404
Transferência do longo prazo para o circulante	(327)	(308)
Total das origens (aplicações) de recursos	(16)	(21)
Redução do capital circulante líquido	(16)	(21)
Representado por:		
Redução no ativo circulante	-	(1)
Aumento no passivo circulante	16	20
Redução do capital circulante líquido	(16)	(21)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

1 - Contexto Operacional

A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades como cotista ou acionista, administração de recursos próprios e de terceiros, e a prestação de serviços, inclusive de assessoria técnica, financeira e administrativa.

2 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

a. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nos critérios estabelecidos pela Lei 6.404/76, que dispõe sobre a sociedade por ações, associadas às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b. Investimentos

Em sociedade controlada, está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

3 - Investimentos

	2007				2006
	Quantidade de Quotas Possuídas	Particip.	Patrim. Líquido	Valor Contábil Invest.	Valor Contábil Invest.
STAM Participações Ltda. (1) Total	770.616	50,67	1.521	771 771	771 771

⁽¹⁾ As demonstrações contábeis não foram examinadas por auditores independentes em 2007 e 2006.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

4 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

A empresa possui em 31 de dezembro de 2007, saldo decorrente de aportes efetuados pelo acionista majoritário, a título de adiantamento para futuro aumento de capital.

5 - Passivo a Descoberto

5.1 - Capital social

O capital social totalmente realizado está representado por 9.188.947.792 ações sem valor nominal, sendo 4.544.544.250 ações ordinárias e 4.644.403.542 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto e terão prioridade no reembolso de capital e na distribuição de dividendos.

É assegurado aos acionistas, dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido.

5.2 - Passivo a descoberto

Em conformidade com a resolução CFC nº. 1.049/05, tendo em vista que o valor do Passivo da empresa está maior do que o seu Ativo, a expressão Patrimônio Líquido foi alterada para Passivo a Descoberto.

6 - Instrumentos Financeiros (Instrução CVM nº 235/95)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos estão semelhantes aos seus valores de mercado.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

7 - Programa de Recuperação Fiscal – Parcelamento Especial (PAES)

7.1 - Definição

O PAES é um regime especial de regularização dos débitos de qualquer natureza junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), através de pagamentos de parcelas mensais calculadas com base na receita bruta do sujeito passivo, ou equivalentes a 1/180 do débito consolidado.

Em 25 de julho de 2003, a Companhia protocolou pedido de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal — PAES, instituído pela Lei nº. 10.684/2003. A adesão está condicionada à homologação por parte dos órgãos acima mencionados, responsáveis pela administração dos débitos parcelados.

A Companhia incluiu no Parcelamento Especial – PAES os débitos relacionados no item 7.2 abaixo, relativos a Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social s/ Lucro Líquido (CSLL), vinculados a ação judicial ou recurso administrativo, tendo havido, conforme determinação legal, desistência expressa e irrevogável dos respectivos processos.

O total do débito decorrente desses processos era de R\$ 4.228 em 31 de julho de 2003, não tendo sido constituída provisão no balanço da Companhia, em virtude do desfecho favorável aguardado pela sua administração.

7.2 - Débito consolidado

Debito componidado				
	IRPJ	IRPJ	CSLL	
	(Ano Cal. 95)	(Ano Cal. 96)	(Ano Cal. 96)	Total
Principal	705	286	41	1.032
Multa/Juros	2.134	475	69	2.678
Total do débito consolidado	2.839	761	110	3.710
Amortização Juros com base na TJLP Total do débito consolidado e	m 31 de dezembr	o de 2007		(1.356) 1.227 3.581
Passivo circulante Exigível a longo prazo				343 3.238 3.581

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

O PAES está sendo amortizado em parcelas mensais e consecutivas, atualizadas pela variação da TJLP, sendo que a primeira parcela foi paga em julho de 2003, com base em 1/180 do débito consolidado.

7.3 - Outras Informações

Segundo o inciso IV do art. 4°. da Lei 10.684/2003, a homologação da opção pelo PAES independe de apresentação de garantia ou arrolamento de bens, mantidas aquelas decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamento ou de execução fiscal. No caso da Cemepe Investimentos, não existem garantias prestadas ou bens arrolados.

O artigo 7°. da Lei 10.684/2003 determina a obrigatoriedade do pagamento regular dos tributos e contribuições, como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no PAES.

Estabelece a Lei que a inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados implica exclusão do sujeito passivo do parcelamento.

O artigo 12 da Lei 10.684/2003 determina, por fim, que a exclusão do sujeito passivo do parcelamento especial nela previsto independerá de notificação prévia e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, quando existente, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

8 - Créditos Tributários

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2007, saldos de prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 51.794 e R\$ 44.451 respectivamente.

Em conformidade com a legislação em vigor, as declarações de imposto de renda correspondentes aos cinco últimos anos estão sujeitas à revisão e à eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais. Demais impostos e contribuições estão sujeitas a revisões similares, por prazos prescricionais variáveis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

9 - Eventos Subseqüentes

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei 11.638/07, que produziu alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76, principalmente na matéria contábil.

Essa lei, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, tem por finalidade possibilitar a convergência das normas contábeis nacionais aos padrões internacionais, produzindo ainda maior transparência das demonstrações contábeis.

A Administração está avaliando os impactos decorrentes da aplicação da nova lei em suas demonstrações contábeis, porém não espera ajustes significativos no patrimônio líquido e no resultado do exercício da Companhia.